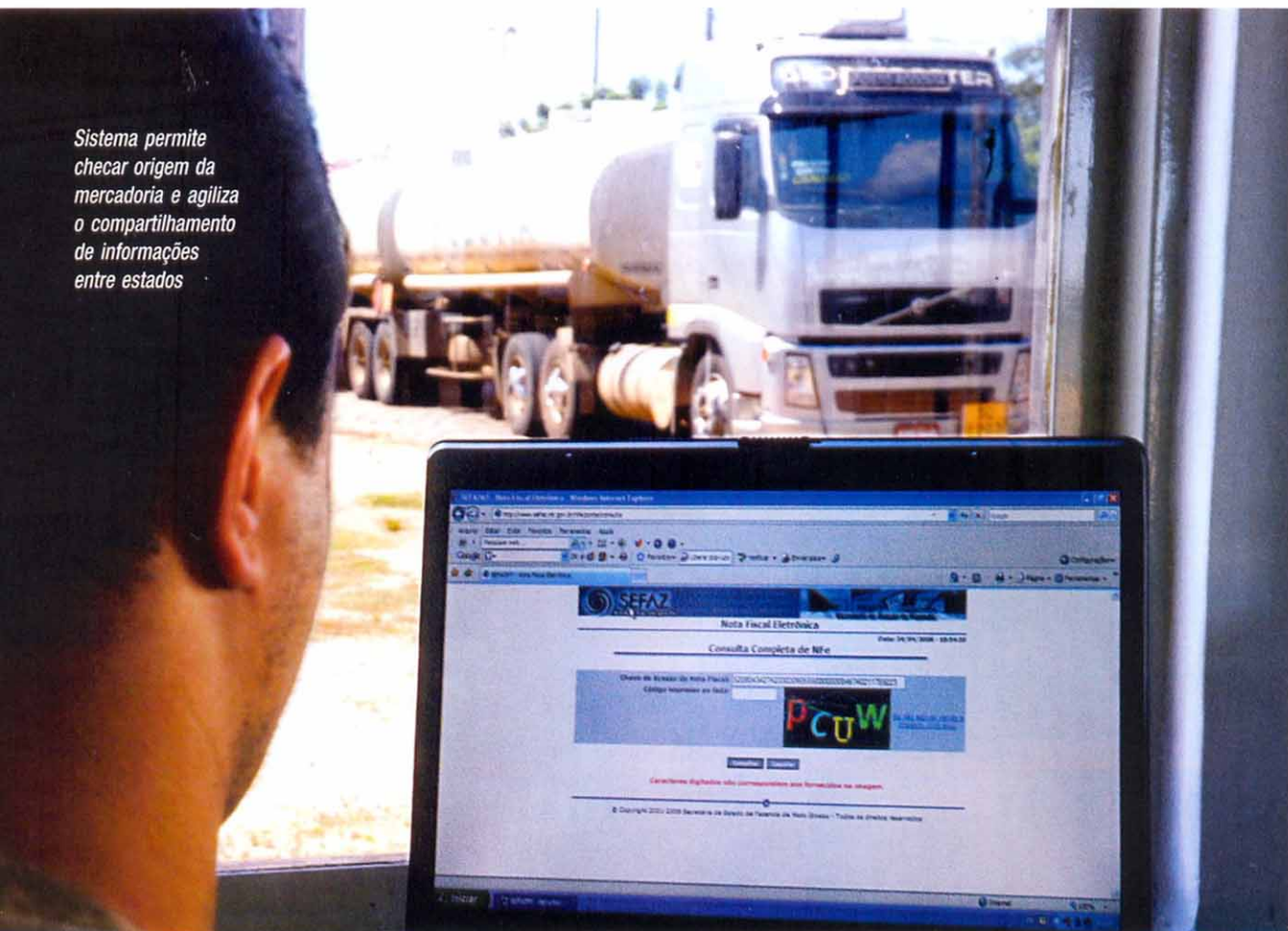


Sistema permite
 checar origem da
 mercadoria e agiliza
 o compartilhamento
 de informações
 entre estados



Nota eletrônica vai combater sonegação

Projeto que custou mais de R\$ 1 milhão promete modernização do sistema fiscal e maior controle do governo

POR FERNANDO DUARTE
 FOTOS JANA PESSÔA

No ano de 2004, em Salvador (BA), foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Administradores Tributários (Enat). A reunião era para discutir formas de diminuir custos, acabar com a burocracia e integrar a Receita Federal - na época sem a palavra "Brasil" - com as Secretarias Estaduais de Fazenda. Foi formalizado, então, o projeto da Nota Fiscal Eletrônica

(NF-e), a primeira experiência do Sistema Público de Escrituração Digital.

Quando se falou pela primeira vez sobre a digitalização da nota, houve incredulidade dos empresários pela modernidade do projeto, o que dava pouca consistência à idéia. Quase quatro anos se passaram e a NF-e se concretizou. Em Mato Grosso, foi iniciada a nova forma de emis-

são no mês passado, sendo obrigatória para nove dos 16 segmentos econômicos previstos para aderirem no Estado. Pelo protocolo nacional, os setores de combustível e cigarro foram obrigados a ingressar para NF-e em todo o país. Já, aqui, somaram a estes outros sete setores.

O início não foi fácil. Seja pela histórica utilização do papel ou pela mania de “deixar para a última hora”, no início de abril o excesso de empresas causou congestionamento ao acessarem o site da Secretaria de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz-MT) para baixar o programa – gratuito para as pequenas e micro – da NF-e. A dificuldade em obter o programa provocou problemas no abastecimento de combustível já que, sem a nota, não é possível fazer o transporte legal do produto. O que obrigou a secretaria a autorizar as distribuidoras para que operassem com nota fiscal tradicional até a normatização da questão.

O projeto que também tem como justificativa diminuir os entraves, nos primeiros dias de vigência, acabou causando transtorno para as transportadoras que enfrentavam filas e morosidades nos postos fiscais. Pela complicada adaptação, ao todo aproximadamente 2.050 empresas estavam em fase de processamento de cadastro na Sefaz, pois solicitaram – justificando e comprovando a reivindicação – mais tempo para emitir a nota eletrônica.

Dentre essas empresas estão multinacionais que apresentaram como argumento o fato de haver problema com a logística. Elas tiveram dificuldades porque estão ligadas com unidades localizadas em outros estados.

VANTAGENS

São vários os casos de sonegação fiscal no setor, que vão desde a compra de combustível em São Paulo – onde o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é menor – para ser revendido em Mato Grosso



Desde a implantação, quase 146 mil notas foram emitidas eletronicamente por 900 contribuintes

até o uso da nota “dupla” ou “tripla”, ou seja, com apenas uma nota algumas distribuidoras faziam duas ou até três carregamentos.

Para o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), André Montoro, a principal vantagem da NF-e é a diminuição deste tipo de sonegação, além da simplificação fiscal. A Etco foi criada para promover a ética na concorrência e ações que evitem desequilíbrios no mercado. “Aquele passeio de notas nas vendas de mercadorias, que havia antes, vai desaparecer com este sistema”, conta o presidente da entidade. No Brasil, a

Segmentos que emitem a NF-e

Fabricantes e distribuidores de cigarros

Empresários do ramo de combustíveis líquidos

Transportadores e revendedores retalhistas (TRR)

Comércio atacadista em geral

Frigoríficos

Indústrias de bebidas

Indústria madeireira e moveleira

Comércio, indústria e exportação de soja

Estabelecimentos que realizem operações interestaduais ou de exportação com açúcar, álcool, arroz, borracha, couro bovino, laticínio, madeira e milho.

NF-e foi iniciada, originalmente, por 19 empresas.

Outro motivo para que, não apenas a nota eletrônica, mas também o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) seja aplicado, é para atender à Emenda Constitucional número 42. Ela determina que haja uma integração entre as três esferas do Poder Executivo (federal, estadual e municipal), o que inclui o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais. O

SPED engloba, além da NF-e, as escriturações Fiscal Digital e Contábil Digital, como dois outros projetos pretendidos para agilizar a emissão de documentos fiscais e contábeis no país.

Montoro ressalta que haverá um maior controle do governo sobre a origem e o destino dos produtos. “Na informatização e nos juros, o Brasil é campeão”, disse o presidente da Etco em tom de brincadeira. Atualmente, a legislação nacional permite que a NF-e substitua apenas as notas de modelos 1 e 1-A, que são utilizadas para documentar transações comerciais com mercadorias entre pessoas jurídicas. Os outros documentos que não foram substituídos pela NF-e devem continuar a ser emitidos em papel.

CONTROLE

Quando chega a um posto fiscal, o transportador tem acesso ao código da NF-e (chamado de “chave”) do contribuinte (empresa). A chave está presente no Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (Danfe), que possui também um código de barra para a verificação pelo fiscal por meio do leitor óptico. É possível também digitar no sistema o número de inscrição.

O Danfe não é uma nota fiscal e nem a substitui, sendo apenas – como o próprio nome explica – um instrumento auxiliar para consulta. A obtenção do código ocorre quando

é solicitada à Sefaz do Estado do contribuinte a autorização para emitir a NF-e, que pré-valida o arquivo e gera um protocolo de recebimento para o transporte da mercadoria. A nota eletrônica também é encaminhada para a Receita Federal, que irá replicá-la para o Estado de destino da mercadoria.

Quando uma mercadoria, por exemplo, sai de São Paulo para Mato Grosso, os fiscais da secretaria acessam o site da NF-e da Receita Federal. Se, por qualquer problema, não há como ter acesso à informação, os fiscais entram no site da nota eletrônica de São Paulo – estado de origem da mercadoria. Caso não haja constatação sobre a saída do produto é porque a mercadoria está sendo transportada de forma irregular.

Entretanto, é engano pensar que não precisa do “corpo-a-corpo” dos fiscais para a verificação da carga. Apesar da tecnologia, há necessidade da comprovação “in loco” para saber se o produto transportado é o registrado na nota, por exemplo.

NÚMEROS

Quase 146 mil notas foram emitidas eletronicamente, por 900 contribuintes que giraram mais de R\$ 2,4 bilhões, pelo menos até o fechamento desta edição. O número de empresas que deverão emitir, voluntariamente ou não, é de 12.107 de nove dos 16 segmentos. A partir do dia 1º

de setembro, os outros sete segmentos em Mato Grosso serão inclusos. Se não adotarem a nota eletrônica, serão multados e terão as mercadorias apreendidas, já que as notas de papel não terão mais validade.

Apesar de ainda não ser possível saber em quanto será reduzido o custo com a implantação da NF-e, a Sefaz e a Receita Federal do Brasil apontam que os três setores envolvidos no processo se beneficiarão da nova modalidade. O contribuinte terá redução de custos de impressão, aquisição, envio e armazenagem de documento fiscal, além da diminuição do tempo de parada de caminhões nos postos fiscais, que não aconteceu na primeira semana de abril, mas o governo acredita que será possível com a normatização da emissão.

O outro beneficiado será o receptor da NF-e, que não precisará digitar os dados no recebimento das mercadorias – acabando com os erros de informação – e poderá plane-



O secretário de Fazenda, Éder Moraes, adverte que vai fechar o cerco contra sonegadores, o que minimiza a concorrência desleal

jar as ações comerciais antecipadamente com as informações já incluídas no sistema.

E para os administradores tributários há uma melhoria no processo de controle fiscal, com compartilhamento de informações entre os fiscos dos três governos, o que agilizará todo o processo de fiscalização das mercadorias. ■

ARRECAÇÃO VAI CRESCER

“Se as empresas não fizerem isso (inscrever no projeto e emitir a NF-e), o Estado é que será penalizado em 2009 com a diminuição do repasse público”, disse o secretário de Fazenda de Mato Grosso, Éder Moraes. Para a implementação do projeto, foi investido pelo governo mais de R\$ 1 milhão, principalmente na adequação do sistema e instalação do programa, mas também com investimento no treinamento dos funcionários da secretaria e na capacitação dos contribuintes.

“Este é um caminho sem volta”, destaca o secretário. A nota fiscal eletrônica é um dos passos para que ocorra uma ampliação da arrecadação sem aumentar a alíquota de impostos ou haja um comprometimento do equilíbrio fiscal. A arrecadação de Mato Grosso no ano passado foi de R\$ 6,9 bilhões.

A intenção, segundo o secretário, é “extinguir a concorrência desleal e socializar a tributação” para que aquelas em-

presas que não pagam ou recolhem aquém do que deveria, comecem a contribuir com o fisco, o que provocaria o equilíbrio no mercado entre os concorrentes.

Por isso, foram verificados quais setores teriam capacidade de aumentar a receita, o que inclui, por exemplo, o ramo de materiais de construção, autopeças e veículos usados. A secretaria possui dez equipes volantes para fiscalizar as empresas.